

POLÍTICA CULTURAL E ACESSO À CIDADE

Clarice de Assis Libânio¹

RESUMO: O artigo trabalha com a hipótese que a dimensão cultural da existência é (ou pode vir a ser) importante ferramenta, veículo e processo para a inclusão das classes populares no espaço urbano e ampliação do acesso à cidade. Pretende trazer algumas reflexões que permitam à política cultural visualizar melhor seu papel e importância no processo de construção de cidadãos e sujeitos autônomos, de um lado no sentido de combater as diversas barreiras existentes à produção, consumo e fruição cultural na cidade, pensando numa perspectiva mais coletiva; e, de outro, através do incremento do capital cultural dos sujeitos, pensando em âmbito mais individual.

PALAVRAS-CHAVE: capital cultural, acesso à cidade, cultura e cidades

Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir as possibilidades de acesso à cidade, em especial aquelas geradas a partir do incremento do capital cultural (em âmbito individual) e da extensão das políticas públicas de cultura (em âmbito coletivo). Busca introduzir a discussão sobre as condições desejadas e possíveis para a inclusão efetiva das populações de baixa renda no espaço metropolitano, fruição e apropriação da cidade.

Tal reflexão é parte inicial de minha tese de doutoramento, que se propõe a pensar modelos para levantamento, construção e utilização de indicadores que permitam mensurar as correlações existentes entre cultura, ampliação do acesso à cidade e mudança social, tomando a Região Metropolitana de Belo Horizonte como foco empírico.

No contexto desta temática, algumas questões iniciais estão colocadas, entre elas: o acesso à cidade tem sido efetivo para as populações periféricas e de baixa renda? Que elementos contribuem e/ou dificultam o acesso das classes populares às cidades brasileiras, em geral e, mais particularmente, no contexto da RMBH? Como a cultura pode contribuir para a integração e a troca no espaço metropolitano? Como a difusão da informação pode contribuir para ampliar o acesso à cidade e à sua fruição? Que diretrizes e estratégias das

¹ Antropóloga e mestre em sociologia pela FAFICH/UFMG e Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela EA/UFMG. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=B85445>; Email: claricelibanio@gmail.com

políticas públicas de cultura permitiriam ampliar a participação e o acesso à cidade nesses aspectos?

O trabalho tem como fundamento as concepções da Agenda 21 da Cultura, em especial no que se refere às indissociáveis relações entre cultura e cidades. Se o mote, nos tempos da Economia Criativa, é que “a cultura é o futuro das cidades” (Agenda de Desenvolvimento Econômico de Toronto), a Agenda 21 da Cultura já apontava, em 2004 (artigos 25 a 27), a necessidade de introdução de parâmetros culturais no planejamento urbano, destacando a importância dos espaços públicos como espaços de relação, convivência e criatividade.

Inicialmente coloca-se a hipótese de que, de fato, a dimensão cultural da existência é (ou pode vir a ser) importante ferramenta, veículo e processo para a inclusão das classes populares no espaço urbano e ampliação do real acesso à cidade. Entretanto, para que tal potencialidade se efetive, deve ser trabalhada como política pública de inclusão simbólica, dotada de ferramentas próprias de planejamento e difusão da informação e monitorada através de indicadores que correlacionem ação cultural, democratização do acesso e integração no urbano.

O texto está dividido em quatro partes, além desta Introdução. A primeira problematiza a questão do acesso à cidade em suas múltiplas dimensões componentes. A segunda discute as possibilidades de contribuição das políticas culturais para o acesso à cidade. A terceira volta seu olhar para a importância do capital cultural no acesso à cidade, e, por fim, a quarta e última parte traça considerações finais para a reflexão em pauta.

1. Sobre cidades e acesso

A cidade, ao longo do tempo, foi vista ora como espaço da liberdade, ora da proteção. Na antiguidade clássica era o *locus* da igualdade e da convivência política. A *polis* grega se definia como espaço da atividade pública, em oposição ao espaço privado, à família, onde o indivíduo exercia seu poder de persuasão, o discurso, participando da sociedade com seus pares. Na idade média a cidade foi sinônimo de proteção contra inimigos, já que estar dentro de muros conferia segurança ao indivíduo. Na idade moderna retorna o conceito de liberdade, pela burguesia ascendente: o espaço das oportunidades individuais, em contraposição à rigidez feudal. Morar na cidade significa a possibilidade de ser livre, não ser vassalo.

Ampliado, o conceito de urbano tem sido discutido por sociólogos, arquitetos, urbanistas, geógrafos, filósofos, enfim, por profissionais de diferentes áreas. Alguns autores trabalham com o grau de industrialização para definir o urbano. Outros, com a densidade

demográfica e o tamanho do núcleo. Outros ainda, com a forma que adquire a vida em sociedade.

Para Weber (1991) caracterizam o urbano: concentração populacional; intercâmbio regular e não ocasional de mercadorias; diversidade de ocupações industriais; especialização da produção; autonomia e autocefalia administrativa; associativismo; regulamentação político-administrativa. Tais características, juntas, estariam presentes só nas cidades ocidentais contemporâneas. No entanto, o que define a cidade é que é um estabelecimento de mercado, o lugar da troca e do consumo.

Simmel (1979), preocupado com o fenômeno da metrópole, a define pelas relações que se estabelecem: espaço da multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social; sede da economia monetária e lugar onde os sentidos são bombardeados por infindáveis estímulos. Com Weber, para quem o ar da cidade liberta, diz: "o homem metropolitano é um livre em sentido espiritualizado e refinado, em contraste com a pequenez e preconceitos que atrofiaram o homem da cidade pequena." (1979: 20).

A Escola de Chicago é pioneira ao trabalhar o urbano em termos dos processos sociais, contrapondo-se à visão fisicista. Guiducci (1975) propõe múltiplas variáveis, de caráter físico (infraestrutura, centros produtivos, etc.) e também de tipo de relações sociais, mobilidade e cultura. Aponta condições para ultrapassar a ruralidade e alcançar o limiar urbano:

uma série de fatores sociais e individuais, como a capacidade e a possibilidade de estabelecer relações, sua intensidade, a variabilidade dos modos de comportamento, as alternativas e a mobilidade do trabalho, as ocasiões diferenciadas de instrução e cultura, a frequência e a diversidade de tempo livre, etc. (1975: 44).

Outros autores, da escola marxista, também deram contribuição fundamental para a questão. Para Castells (1983) o urbano conota uma unidade ideológica, político-jurídica e econômica. O que o define é a noção de sistema articulado de elementos e relações: produção, consumo, estratificação social, funcionamento das instituições, reprodução da força de trabalho e do capital, troca, gestão (reguladora dos outros elementos) e ideologia (elemento simbólico).

Lefebvre (1969) vê a cidade como centro da vida social e política, onde se acumulam, mais que riquezas, conhecimentos, técnicas e obras. Diferencia a cidade valor de uso (cidade como obra, espaço da festa) da cidade valor de troca. O uso principal da cidade é a festa, "que consome improdutivamente sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e dinheiro" (1969: 11). Enfim, o contato com o outro, o encontro, a socialização são sua finalidade e sua realização: "A vida urbana pressupõe

encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos padrões que coexistem na cidade" (1969: 20).

Desta característica do urbano é que decorre o sentimento de pertencer, através da apropriação do espaço (do tempo, do corpo, do desejo) e do consumo do lugar. Propõe resgatar o sentido original de habitar, abandonado pela burguesia: o de participar de uma comunidade, da vida social, sendo o direito à cidade visto como direito ao trabalho, à instrução, à saúde, à habitação, ao lazer, à vida.

Para Santos (1994), o espaço é uma reunião dialética de fixos e fluxos. Assim, a cidade é

o lugar em que o Mundo se move mais, e os homens também. A co-presença ensina aos homens a diferença. Por isso, a cidade é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado (1994: 40).

Canclini (2008) realça a importância da cultura e dos elementos simbólicos na definição do urbano. "Nas últimas décadas, tenta-se caracterizar o urbano levando em conta também os processos culturais e os imaginários dos que o habitam" (2008: 15).

É a partir dos elementos simbólicos e culturais que constituem o urbano que se pensa aqui a questão do acesso à cidade. Ainda hoje predomina uma visão reducionista que considera a inclusão de uma região no espaço urbano a partir da instalação de infraestrutura. Neste parâmetro, bastaria servir determinada região por rede de água, luz, esgoto, calçamento e transportes para garantir sua integração à cidade.

Nesse quesito, ao se analisar a situação brasileira, é opinião corrente que o acesso à cidade tem sido ampliado, nas últimas décadas, do ponto de vista da universalização dos serviços públicos, reduzindo-se as populações e áreas das grandes cidades não atendidas pelas políticas de saúde, educação, saneamento básico e assistência social por exemplo. Segundo Monte-Mór (2006), esse processo vem desde o governo militar, que estendeu

os sistemas de transportes e de comunicações, assim como outros braços do Estado por todo o território, incluindo a legislação trabalhista, os seguros sociais, serviços de saúde e educação, sistema bancário, enfim, todo o aparato que podemos reunir sob o rótulo de condições gerais de produção. (2006: s/p)

Se, por um lado, tem havido melhorias nas condições de moradia nas cidades, é fundamental destacar que, por outro, o processo de metropolização e integração vertical das cidades globais tem gerado consequências no sentido do agravamento das desigualdades

socioterritoriais e da segregação nos grandes centros. Nessa perspectiva, é preciso objetar que o processo de urbanização é mais amplo: é possibilitar o acesso à cidade, o pertencimento, a participação. Além de infraestrutura e equipamentos coletivos, engloba o direito aos serviços, lazer, cultura, à tomada de decisões, participação política e construção simbólica. Enfim, é um processo de construção da cidadania. Adotada esta concepção, pode-se dizer que o acesso à cidade é restrito a uma parcela da população, sendo, portanto, apenas virtualidade para a grande maioria, em especial classes populares urbanas, moradores de favelas e periferias.

A questão do acesso à cidade, de fato, tem que ser pensada em suas múltiplas dimensões. A configuração do território e a distribuição desigual de oportunidades e serviços tem especial importância nas grandes cidades, onde ao mesmo tempo se concentram indivíduos muito desiguais entre si (cultural, econômica e socialmente) e se dispersam os locais de moradia e trabalho. É a partir dessa perspectiva que se introduzem as variáveis fundamentais de mobilidade e acessibilidade nas grandes cidades, que podem contribuir para aumentar ou reduzir as distâncias sociais entre os indivíduos e grupos.

A problemática do acesso, da mesma forma que a da pobreza, é complexa e certamente multidimensional. Ainda que não seja possível esgotar a temática, no escopo deste artigo, é fundamental destacar algumas de suas dimensões componentes. Nesse sentido, é possível identificar pelo menos seis dimensões fundamentais para o acesso à cidade, quais sejam:

- Espacial / territorial - diretamente relacionada ao provimento e apropriação dos serviços urbanos, da infraestrutura, da localização da moradia, dos deslocamentos pela cidade, das facilidades de mobilidade e das condições de habitabilidade em geral;
- Econômica – diz respeito às chances do indivíduo de ter um emprego, renda e, conseqüentemente, inserir-se no mercado como trabalhadores e como consumidores;
- Política – relacionada aos direitos de cidadania e à capacidade dos indivíduos de influenciar decisões que lhes afetam e de construir as formas de viver coletivamente; pressupõe empoderamento e ampliação da participação das populações nas esferas decisórias;
- Simbólica – diz respeito aos elementos de identidade, identificação, aceitação e pertencimento do indivíduo a determinado grupo ou território; influencia na escolha e manutenção dos laços sociais e também na construção de barreiras e preconceitos simbólicos, na apropriação do espaço e possibilidade de uma efetiva vida coletiva na cidade;
- Relacional – aponta para a importância da informação e da formação de redes (individuais, pessoais, sociais, de relações, diversas) para a alteração das relações sociais e de poder na

cidade. Para Marques (2010) as redes são “oportunidade”, “recurso”, “ativo”, “credencial”, “ponte”, enfim, formas de reverter os quadros de desigualdade e pobreza nas grandes cidades;

- Cultural – dimensão que engloba uma série de fatores, entre eles a educação, a informação, a fruição e produção cultural e o acesso ao conhecimento.

No contexto de tais dimensões, certamente a política cultural tem muito a contribuir, como se discutirá a seguir.

2. Políticas públicas de cultura e acesso à cidade

Segundo Botelho (2001), as políticas culturais tiveram origem na França dos anos 1950, ligadas principalmente ao lazer e à intenção do governo de democratizar as artes eruditas. Entretanto, não teriam conseguido atingir a todas as camadas sociais, principalmente, segundo as pesquisas realizadas na época, pelo peso das variáveis sociodemográficas no consumo cultural. Elementos como profissão, nível de educação e localização domiciliar foram considerados aspectos fundamentais no acesso à cultura. Viu-se que havia obstáculos materiais ao consumo e fruição cultural, tais como a má distribuição ou ausência de espaços culturais e os preços altos, mas que as barreiras simbólicas eram as predominantes, impedindo que novos segmentos da população tivessem acesso à oferta da cultura “clássica”.

Tomando os obstáculos materiais como primordiais, a descentralização dos equipamentos culturais tem sido levada a cabo pelos governos no Brasil, muitas vezes sem as necessárias ações de mobilização e formação de público. Como exemplo cita-se a instalação de centros culturais nas periferias de Belo Horizonte (vários por demanda dos Orçamentos Participativos), que, apesar de sua importância, não têm conseguido a adesão do público, ficando ociosos na maior parte do tempo.

Se a descentralização dos espaços culturais não tem garantido, por si só, a ampliação da participação na cidade, do consumo e da fruição cultural, que outros fatores interferem na democratização do acesso à cultura? Segundo estudo realizado pela Federação Espanhola de Municípios e Províncias - FEMP (2008: p.62/63), há que se considerar várias barreiras para o acesso à oferta cultural: a) econômicas – diferenças socioeconômicas da população e o fator preço; b) comunicativas-informativas – meios de difusão, eficácia da comunicação; c) culturais – diferenças religiosas, de idade, de formação, que aproximam grupos e afastam outros; e) barreiras de socialização – carência de hábitos que predispõem favoravelmente ao fato cultural; f) psicológicas – propostas culturais percebidas como não acessíveis ao

indivíduo; g) físicas – capacidade dos espaços, infraestruturas, localização e meios de transporte; h) temporais – incompatibilidade de horários, superposição da oferta; i) barreiras de conforto dos espaços e serviços auxiliares.

Para dar conta das múltiplas barreiras para acesso à cultura, a política pública deve também ser pensada em múltiplas dimensões. Fundamental para a política cultural, em sua interface com os territórios, foi a Agenda 21 da Cultura, aprovada em 8/05/2004, em Barcelona, no marco do primeiro Fórum Universal das Culturas. Traz 67 artigos, entre Princípios, Compromissos e Recomendações.

Seu princípio primeiro aponta a diversidade cultural como principal patrimônio da humanidade e um dos elementos essenciais de transformação da realidade urbana e social. A simbiose cidade/cultura está em todo o documento, por exemplo no Princípio 7: “as cidades e os espaços locais são ambientes privilegiados da elaboração cultural em constante evolução e constituem os âmbitos da diversidade criativa, onde a perspectiva do encontro de tudo aquilo que é diferente e distinto (procedências, visões, idades, gêneros, etnias e classes sociais) torna possível o desenvolvimento humano integral”; e no Princípio 10: “a afirmação das culturas, assim como o conjunto das políticas que foram postas em prática para o seu reconhecimento e viabilidade, constitui um fator essencial no desenvolvimento sustentável das cidades e territórios no plano humano, econômico, político e social (...) A qualidade do desenvolvimento local requer o imbricamento entre as políticas culturais e as outras políticas públicas - sociais, econômicas, educativas, ambientais e urbanísticas.”

Em âmbito internacional vem-se propondo modelos para a mensuração das políticas culturais nas cidades e seus impactos. O “Sistema de Indicadores para la evaluación de las políticas culturales locales en el marco de la Agenda 21 de la cultura” foi elaborado por acadêmicos e técnicos ligados à FEMP (2008) e foca nas municipalidades. Propõe medir os impactos da cultura no “câmbio social” e em sua apresentação inicial, reforça a vinculação da proposta com as diretrizes da Agenda 21 da Cultura:

La agenda, que tiene entre sus objetivos responder a los retos del desarrollo cultural del siglo XXI, propone en su artículo 25 “promover la implementación de formas de evaluación del impacto cultural para considerar, con carácter preceptivo, las iniciativas públicas o privadas que impliquen cambios significativos en la vida cultural de las ciudades.” (2008: 11)

Entende a cultura como motor de progresso e de mudança social e constrói indicadores que trazem cinco marco temáticos: cultura como fator de desenvolvimento – econômico,

social e territorial; transversalidade da cultura; acesso à cultura; cultura e participação cidadã; e memória e inovação na construção da identidade local.

A questão central de toda a proposta é a cultura como fator de desenvolvimento, em especial por sua capacidade de cruzar transversalmente o conjunto das políticas sociais, econômicas e de planificação territorial em âmbito local e/ou regional. Nesse sentido, cada dia mais vem sendo reforçada a visão da cultura como fator de desenvolvimento humano, e não somente seu âmbito restrito às manifestações artísticas e à fruição estética.

La irrupción de la sociedad del conocimiento, la expansión de la información, el fortalecimiento de las industrias culturales –globales y con una infraestructura de producción y de consumo inimaginables en el pasado–, así como la importancia de una política de reconocimiento y la aparición de importantes movimientos socioculturales han dado otro peso y otra significación a la presencia de la cultura en el desarrollo, asociada a los temas “duros” de la economía: PIB, empleo o los índices de productividad y competitividad y, también, a los temas “blandos”: creatividad, innovación, espíritu de riesgo, flexibilidad...(FEMP, 2008: 46)

No caso brasileiro, ainda que a passos lentos, a política cultural tem avançado nesse sentido, a partir de 2003, com a criação do Sistema Nacional de Cultura - SNC. Entre outros elementos, propõe a reorganização do papel do estado na área cultural; descentralização territorial dos investimentos; implantação de instâncias de participação da sociedade na política cultural; e instauração de uma visão da cultura em três dimensões: econômica, simbólica e cidadã.

É a partir dessas dimensões que o SNC propõe articular os diversos níveis federativos - União, estados e municípios - na concepção e implantação da política pública de cultura. Entretanto, apesar do esforço no sentido da institucionalização da cultura no país, vê-se que o processo é ainda incipiente. Segundo Avelar (2012),

Nosso grau de indigência cultural se revela nos números preocupantes apontados pelo Perfil dos Municípios Brasileiros, estudo realizado anualmente pelo IBGE. Em 2009, na maior parte (70,9%) dos municípios havia secretarias municipais de cultura conjuntas com outras políticas (principalmente educação, turismo e esportes). Apenas 9,4% dos municípios tinham secretaria exclusiva de cultura, e 1,9% tinha órgão da administração indireta com esse fim (2012: 201).

Em relação às instâncias de participação da sociedade civil, “a pesquisa MUNIC – IBGE, que foi a campo em 2009, nos informa que 24,7% dos municípios brasileiros possuem conselhos de cultura e que 74% destes realizaram reuniões regulares nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa”. (CALABRE, 2012: 175) Em Minas Gerais, os conselhos municipais de cultura estavam presentes em apenas 32,5% dos municípios em 2006. A expectativa é que

a adesão dos municípios ao SNC, ao se realizar gradativamente, possa contribuir para mudar o panorama apresentado. Segundo Calabre (2012),

O desenho original do Sistema foi sendo aprimorado e a discussão nacional, ampliada. Em 2010, o projeto de lei que instituiu o SNC começou a transitar no Congresso Nacional, prevendo a criação de sistemas estaduais de cultura e sistemas municipais de cultura. No caso dos municípios, o projeto dispõe que os sistemas municipais de cultura (SMC) possuam, no mínimo, cinco dos componentes previstos para os SMC, que são: secretaria de cultura (ou órgão equivalente), conselho municipal de política cultural, conferência municipal de cultura, plano municipal de cultura e sistema municipal de financiamento da cultura (com fundo municipal de cultura). (2012: 174)

Além desses, há outros componentes fundamentais no Sistema, que, entretanto, não figuram como obrigatórios, com destaque para o importante Sistema de Informações e Indicadores Culturais e para o Programa de Formação na área da cultura. Para Calabre (2012),

Apesar de não estarem previstos como um dos cinco componentes mínimos de um sistema municipal de cultura, são fundamentais para a implementação e o bom funcionamento do restante do conjunto. A produção de informações sobre a cultura local é fundamental para garantir uma maior eficácia na gestão. (2012: 176)

Implementados tais instrumentos, espera-se que, finalmente, a política cultural tenha não só ferramentas, mas também condições operacionais, políticas e financeiras para cumprir seu papel e contribuir efetivamente para a ampliação dos direitos dos indivíduos à cidade.

3. Capital cultural e acesso à cidade

Além da contribuição das políticas culturais para o acesso à cidade, é fundamental também considerar a dimensão cultural em sua escala micro, ou seja, no âmbito do indivíduo. Como exemplo toma-se o estudo de caso das vilas e favelas de Belo Horizonte, que leva à reflexão a respeito do papel da arte e da cultura nas comunidades ditas periféricas. Essa reflexão se impõe a partir do momento em que se verifica que a produção cultural, na maioria das vezes, não representa fonte de renda para esses artistas. Conforme apontado pelo Guia Cultural das Vilas e Favelas de Belo Horizonte (LIBÂNIO, 2004), somente 20% dos artistas cadastrados àquela época tinham algum tipo de renda com a atividade artística.

A partir dessa constatação, aventou-se a hipótese de que a produção cultural cumpre outros papéis diferentes nas vilas e favelas, não diretamente relacionados ao mercado cultural *stricto sensu*. Considerando o estudo das práticas culturais nas favelas, o que se verifica é que a produção artística, instrumentalizada, pode atender a três facetas principais. Em primeiro lugar, há os aspectos relacionados à elevação da auto-estima, auto-reconhecimento e

construção de uma nova representação do indivíduo perante o outro e o grupo. Em segundo, realçam-se aspectos relacionados às formas de sociabilidade e convivência intergrupala. E, por fim, são fundamentais nesse processo os aspectos ligados à participação e mobilização comunitária, mediante novas formas de ação coletiva e ampliação dos direitos da cidadania.

Essa visão considera a cultura como um recurso, ou seja, como um capital do qual se lança mão com objetivos e em momentos distintos. Segundo Yúdice (2004)

A cultura é, hoje, vista como algo em que se deve investir, distribuída nas mais diversas formas, utilizada como atração para o desenvolvimento econômico e turístico, como mola propulsora das indústrias culturais e como uma fonte inesgotável para novas indústrias que dependem da propriedade intelectual. (2004: 11).

A instrumentalização da cultura, mais do que teoria, vem sendo praticada com frequência nas favelas e em projetos sociais, que se utilizam das práticas artísticas para obter resultados e atingir objetivos os mais diversos. “[...] a cultura é invocada para resolver problemas que anteriormente eram da competência das áreas econômica e política.” (2004: 13).

A importância da cultura na mudança social e no acesso à cidade (para além do mero direito ou virtualidade) é também afirmada por Jessé de Souza, em entrevista ao Jornal O Globo (26/03/13). Para ele, o equívoco é pensar “que as classes sociais se reproduzem apenas no capital econômico, quando a parte mais importante não tem a ver com isso, mas com o capital cultural”. Nessa perspectiva, o critério de renda na constituição da acessibilidade é importante, porém não exclusivo.

Enfim, a dimensão cultural do acesso é de grande importância, englobando vários fatores, entre eles educação, informação, fruição e produção cultural e acesso ao conhecimento. Concordando com Bourdieu, é possível afirmar que a mobilidade de um sujeito entre dois ou mais campos pode ser ampliada através do incremento de seu capital cultural (incluído o informacional) e seu capital social (dado por sua rede de relacionamentos).

O direito de acesso (GORZ, 2005) ao conhecimento e à informação (entendidos como bem comum, não mercantis, não possíveis de apropriação), entretanto, tem sido “confiscado pelo viés das barreiras artificiais que reservam o usufruto delas aos que puderem pagar (...)”. E ainda “(...) a privatização das vias de acesso permite transformar as riquezas naturais e os bens comuns em quase-mercadorias” (2005: 31).

A ampliação do acesso dos sujeitos moradores de periferia à informação, à cultura e à cidade em si pode ter como consequências a geração de oportunidades, de potencialidades que

permitam o deslocamento do sujeito e contribuam para a redução das desigualdades, individuais ou sociais. As novas formas de interacionalidade social (MORADO, 2011, citando REYES) podem construir cidades mais justas, dependendo de como se distribuam e/ou sejam apropriados os bens simbólicos e o capital informacional na disputa pelo espaço urbano.

O chamado “espaço social”, segundo Bourdieu, reificado, se traduz no “espaço físico”, o que, no caso das metrópoles, fica claro na divisão social do espaço entre bairros nobres, centro, periferia, favelas, etc. A cristalização da distinção social no território, construído e habitado, agrega um elemento dificultador na transformação das estruturas sociais, naturalizando-se as desigualdades. Para o autor, o Habitus de Classe limita o possível para cada agente, de acordo com o capital econômico e cultural de que dispõe.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o agente social parece preso a uma estrutura e a um raio de ação que não permitem a transformação de seu lugar no mundo, se faz presente a possibilidade de mudança através da “acumulação” do capital, seja esse econômico, cultural ou social, por exemplo.

Nesse sentido, trazendo a reflexão para o tema em pauta, seria possível afirmar que o capital cultural é elemento importante na mudança social e, por extensão, no acesso à cidade e ao exercício do poder simbólico. O capital cultural seria, portanto, um “ativo” que contribuiria para a ampliação do acesso do indivíduo (família, grupo) às estruturas de oportunidades disponíveis. Sem tal capital, muitas “ocasiões potenciais”, muitas “possibilidades apropriadas” não estariam acessíveis a determinados indivíduos.

A acumulação de capital cultural poderia garantir, assim, sucesso nas disputas pelo espaço. Para Bourdieu, a acumulação de capital é uma das estratégias de posicionamento dos indivíduos no Campo. Thiry-Cherques (2006), analisando a obra de Bourdieu, aponta:

As estratégias mais comuns são as centradas: na conservação das formas de capital; no investimento com vistas à sua reprodução; na sucessão, com vistas à manutenção das heranças e ao ingresso nas camadas dominantes; na educação, com os mesmos propósitos; na acumulação, econômica, mas, também, social (matrimônios), cultural (estilo, bens, títulos) e, principalmente, simbólica (status). (2006: 39)

A hipótese que vem sendo adotada, em âmbito mundial, é que a cultura é um importante fator que contribui para o desenvolvimento individual, mas também coletivo, local, tomado em seus aspectos territoriais, sociais, econômicos, entre outros fatores. Essa hipótese também é adotada pela UNESCO, quando aponta a cultura como fator de desenvolvimento humano.

Soja (2008) também parece considerar que a cultura se constitui como um novo elemento central nas “geografias do poder”. Criticando Castells, aponta:

Los movimientos y las prácticas hibridadas y glocalizadas están desarrollando formas de recombinación de los flujos abstractos y de los lugares concretos, abriendo nuevas y diferentes espacialidades reales-e-imaginarias de opinión y resistencia en múltiples escalas. Si bien en *The Power of Identity* (1997) [El poder de la identidad] Castells reconoce algunos de los nuevos movimientos y prácticas (los zapatistas mexicanos, las luchas por la justicia medioambiental y la liberación lesbiana-homosexual), la impresión general sigue siendo que el poder gobierna exclusiva y triunfalmente en el espacio de los flujos y que la nueva política cultural tiene pocas posibilidades de generar un cambio significativo en las ciudades, las regiones, los Estados nación y el mundo en general. Ya sea de modo intencionado o no, Castells parece ser demasiado pesimista acerca del surgimiento de un poder de base específicamente territorial o local en el lugar y en los espacios donde vive la gente, el poder que siempre está profundamente arraigado en lo que Lefebvre, en su esfuerzo por extender el alcance de la imaginación geográfica, denominó espacios vividos (2008: 309-310).

Finalizando esse olhar sobre a dimensão cultural do acesso, é importante destacar que seu valor predominante não é monetário. Segundo Gorz (2005)

Do mesmo modo que a cultura, a sabedoria, os saberes tácitos, as capacidades artísticas, relacionais, cooperativas, etc., o conhecimento é riqueza e fonte de riqueza sem ser, nem ter, um valor comercial, monetário. Ele é – como as outras capacidades humanas – mais do que apenas uma força produtiva, sem ser necessariamente um meio de produção. O conhecimento faz parte (...) dessas riquezas “externas” ou destas “externalidades” que são indispensáveis ao sistema de produção de mercadorias; mas este é incapaz de produzi-lo segundo sua lógica e seus métodos próprios. (2005: 56)

Concordando com tais afirmações, resta agora avançar na concretização de ações e políticas que, efetivamente, contribuam para a mudança do lugar que os indivíduos ocupam na cidade. Esse parece ser, hoje, o grande desafio das políticas culturais.

4. Considerações finais

Como antes mencionado, o presente artigo é apenas o início de uma discussão que pretende avançar rumo à elaboração de indicadores e variáveis que permitam mensurar as correlações existentes entre cultura, ampliação do acesso à cidade e mudança social. Assim, não tem a pretensão de apontar conclusões, mas antes de trazer algumas reflexões que permitam à política cultural visualizar melhor seu papel e importância no processo de construção de sujeitos autônomos e com efetivo acesso à cidade.

Nesse sentido, é importante apontar duas linhas complementares e paralelas nas quais a política cultural tem muito a contribuir. De um lado, caberia à política cultural adotar estratégias e ações que permitissem combater as diversas barreiras existentes à produção,

consumo e fruição cultural na cidade, pensando numa perspectiva mais coletiva. De outro, deveria contribuir para o incremento do capital cultural dos sujeitos, pensando em âmbito individual, para que possam adquirir ativos que os permitam participar autonomamente da cidade.

No que é relativo ao primeiro aspecto, realçam ações como: redução dos preços de eventos culturais / democratização do acesso / realização de eventos gratuitos; incentivo e priorização da descentralização territorial da oferta cultural, contribuindo para a inclusão de periferias urbanas nos circuitos artísticos; fortalecimento dos mecanismos de apoio à pequena produção cultural, através de incentivos que não dependam do mercado formal de patrocínios; criação de canais de comunicação mais eficientes com os públicos de baixa renda, facilitando seu acesso à informação sobre a oferta cultural e outras oportunidades; adoção de práticas intersetoriais que propiciem a eliminação de barreiras ao consumo cultural não ligadas estrito senso à produção, oferta e circulação da produção artística, entre outras ações.

Na segunda vertente, considera-se que a política cultural deveria contribuir para a ampliação do capital cultural especialmente daqueles indivíduos que já se apresentam na arena social com menos ativos que os demais, ou seja: moradores de periferias urbanas, favelas e até mesmo zonas rurais onde se concentram bolsões de pobreza. Nessa perspectiva, caberia à política cultural, por exemplo: incremento das ações e investimentos na formação de público e ampliação do universo cultural dos indivíduos; realização de programas permanentes de educação patrimonial e/ou cultural, em parceria com as escolas públicas; democratização dos meios de produção e difusão de informação com foco nas artes e na cultura, entre outras ações que possam, de fato, elevar o capital cultural dos sujeitos nas cidades e contribuir para um maior acesso dos mesmos às oportunidades que estão postas na cidade, porém que só são acessíveis para poucos.

Concordando com Motta (2004, p. 151/152), os desafios da política urbana precisam ser enfrentados a partir de múltiplos pontos de vista e estratégias combinadas. A autora aponta diretrizes, que pode-se também trazer para o âmbito da cultura: a) Focalização nas áreas de aglomeração urbana e periferias dos grandes centros ; b) Integração institucional, espacial e social de ações, aumentando a eficácia, sustentabilidade, gestão compartilhada e inclusão de assentamentos e populações periféricas; c) Melhoria de serviços públicos e aumento da atratividade das cidades para investimentos, eliminando os focos de ineficiência; d) Aperfeiçoamento dos instrumentos de política pública e dos sistemas de informação, incluindo a capacitação de seus agentes; e) Introdução de novas formas de gestão urbana, tais como consórcios, parcerias público-privado, entre outros mecanismos.

Enfim, o que está posto é que a cultura parece ser, de fato, elemento primordial e fundamental para o acesso à cidade; para a integração social e troca no espaço urbano; para o desenvolvimento humano; para a inclusão efetiva das populações periféricas e de baixa renda no território metropolitano; e para a ampliação da participação popular na produção simbólica e instâncias decisórias das cidades brasileiras.

Cabe então à política cultural assumir cada vez mais seu fundamental papel nesse processo.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Rômulo. **Planejamento e ação coletiva**, IN DRUMMOND, Alessandra (org.). Cidades e políticas de cultura: diagnóstico, reflexão e proposições. Belo Horizonte: Artmanagers, 2012. 216 p.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**, in. São Paulo em Perspectiva, vol. 15, n. 2. São Paulo: abril/junho de 2001. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>, acesso em 15/03/13.

BOURDIEU, P. **Estruturas, habitus, práticas**. In: _____ O senso prático. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009. p.86-107.

BOURDIEU, Pierre. **Efeitos de lugar**. In: _____ A miséria do mundo. São Paulo: Ed. Vozes, 1997. p.159-166.

CALABRE, Lia (Org.). **Oficinas do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília, Ministério da Cultura, 2006.

CALABRE, Lia. **A cultura no âmbito federal: leis, programas e municipalização**, IN DRUMMOND, Alessandra (org.). Cidades e políticas de cultura: diagnóstico, reflexão e proposições. Belo Horizonte: Artmanagers, 2012. 216 p.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Imaginários Culturais da Cidade: conhecimento/ espetáculo/ desconhecimento**. In COELHO, Teixeira (org.). *A cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. **O espaço de fluxos**. In: _____. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.467-521.

CIDADES E GOVERNOS LOCAIS UNIDOS. **Agenda 21 da Cultura**. Disponível em <http://blogs.cultura.gov.br/cnc/files/2009/07/agenda21.pdf> acesso em 29/03/2013.

FEMP – Federación Española de Municipios y Provincias. **Guía para la evaluación de las políticas culturales locales**. Barcelona: Gráficas Varona, 2008.

GORZ, André. **O “capital imaterial”**. In: _____. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005. p.29-57.

GUIDUCCI, Roberto. **A Cidade dos Cidadãos**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LIBÂNIO, Clarice. **Arte, cultura e transformação nas vilas e favelas: um olhar a partir do Grupo do Beco** [dissertação mestrado]. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008.

LIBÂNIO, Clarice. **Guia Cultural das Vilas e Favelas de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2004.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MONTE-MOR, R.L. **As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil**. IN Diniz & Crocco (Eds.). *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MORADO NASCIMENTO, Denise. **A Informação na produção do espaço urbano: um breve olhar sobre Belo Horizonte**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anpur, 2011. p.1-15.

MOTTA, Diana Meirelles. **As metrópoles e os desafios da política urbana**. IN RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo: Rio de Janeiro: FASE, 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SIMMEL, G., **A Metrópole e a Vida Mental**, in Velho, Otávio Guilherme (org.), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SOJA, Edward. **Postmetropolis. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

SOUZA, Jessé. **Para a classe média, o que prevalece é o capital cultural**. Entrevista ao *Jornal O Globo* (26/03/13). Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/para-classe-media-que-prevalece-o-capital-cultural-7914177>, acesso em 28/04/13.

THIRY-CHERQUES, H. R. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática**. RAP, Rio de Janeiro, n.40, v.1, p.27-55, Jan./Fev. 2006

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília, D.F: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; 2004.